

Recessão impede Brasil de avançar em ranking de IDH

O Brasil ficou na 79ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pelo segundo ano consecutivo, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Segundo o economista Marcelo Neri, do FGV Social, a estagnação é

resultado da recessão do país, que atingiu não só a renda, como também teve efeito indireto na expectativa de vida e na escolaridade do brasileiro, indicadores levados em conta no cálculo do IDH. A Noruega encabeça a lista com a melhor avaliação. **PÁGINAS 21 e 22**

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

PAÍS ESTAGNADO

Recessão afeta saúde e educação

DAIANE COSTA, MANOEL
VENTURA, MARTHA BECK
E BÁRBARA NÓBREGA*
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA E RIO



“Entre os anos 1990 e 2010, o Brasil tinha feito progressos em todas essas dimensões, acima dos resultados mundiais. Agora, estamos vendo toda essa instabilidade econômica afetar o desenvolvimento social, que desacelerou”

Marcelo Neri,
economista e
diretor do FGV
Social

Pelo segundo ano consecutivo, o Brasil ficou estagnado no ranking de desenvolvimento humano das Nações Unidas, que mede o bem-estar da população considerando indicadores de saúde, escolaridade e renda. Segundo dados divulgados ontem pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em 2017 o país se manteve na 79ª posição, logo atrás da Venezuela, dentro um conjunto de 189 economias. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro é de 0,759. Pelo critério da ONU, quanto mais perto de 1, maior é o desenvolvimento humano.

Para Marcelo Neri, economista e diretor do FGV Social, esses resultados mostram que a recessão econômica afetou o IDH para além do dano óbvio sobre a renda, que caiu em relação a 2015. Teve efeito indireto sobre a expectativa de vida e sobre a escolaridade, que praticamente estagnaram nessa mesma comparação. Na primeira, reflexo do aumento da mortalidade, por razões como o surto de vírus

zika; e, na segunda, resultado da falta de estímulo ou condições de estudar, devido ao alto desemprego.

— Entre os anos 1990 e 2010, o Brasil tinha feito progressos em todas essas dimensões, acima dos resultados mundiais. Agora, estamos vendo toda essa instabilidade econômica afetar o desenvolvimento social, que desacelerou — avalia Neri.

Em 2017, a expectativa de vida era de 75,7 anos, praticamente a mesma de dois anos antes (75,3). Na educação, o período esperado para que as pessoas fiquem na escola paralisou em 15,4 anos, e a média de anos de estudo foi de 7,8 anos, frente aos 7,6 registrados em 2015. Já a renda *per capita*, que era de US\$ 14.350 em 2015, caiu para US\$ 13.755 no ano passado. Por isso, a melhoria do IDH do Brasil de 2015 para 2017 foi de 0,002.

O PESO DA DESIGUALDADE

Tiago Macedo, de 24 anos, tem um filho de 4 e está desempregado há seis meses. A esposa, de 23, trabalha de auxiliar de serviços gerais. Mora no Catumbi e concluiu o ensino médio em 2015, mas nem tentou entrar na faculdade, porque a prioridade é trabalhar para sustentar a família.

— Já era pai, não tinha

tempo para trabalhar e estudar. Eu gostaria de ter feito Administração para não estar sem emprego agora — conta Tiago, que já trabalhou como atendente, vendedor e estoquista.

Desde que foi demitido, participou de duas seleções, mas ainda não conseguiu uma vaga:

— Na hora da entrevista, o fato de não ter faculdade faz diferença. Hoje, você espalha muitos currículos, e só um chama para uma entrevista. E, muitas vezes, você não passa.

O melhor colocado no ranking do IDH continua sendo a Noruega (0,953), e o pior, o Níger (0,354). Quando analisados os dados do Brics (grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), apenas Rússia apresenta um IDH maior que o do Brasil (0,816). Na comparação com a América do Sul, o Brasil é o quinto país com maior IDH. Fica atrás de Chile, Argentina, Uruguai e Venezuela, nesta ordem.

Quando a desigualdade é incluída no indicador, o resultado é ainda pior. O Brasil perde 17 posições no desenvolvimento humano. O IDH cai de 0,759 para 0,578, ou 23,9%. De acordo com o Pnud, o maior problema está na renda. A perda provo-

cada pela desigualdade na renda é de 36,7%. Já no caso da saúde, essa perda é de 10,8% e, na educação, de 22%. Entre os países da América do Sul, o Brasil é o terceiro que mais perde no IDH com a desigualdade, atrás do Paraguai (25,5%) e da Bolívia (25,8%).

INDICADORES MELHORES

Ao comentar os dados, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome preferiu destacar a evolução dos números desde 1990. “O governo federal atribui a melhora dos indicadores à correta condução das políticas públicas e à melhor gestão dos recursos dos programas sociais”, informou a pasta em nota.

“A criação e aperfeiçoamento do SUS (Sistema Único de Saúde) e do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) neste período, a ampliação do acesso a ações e serviços e à educação, aliados à ampliação da renda das famílias e sua melhor distribuição, contribuíram para o avanço do índice nestes anos, colocando o Brasil entre os países de alto IDH”, acrescentou o ministério.

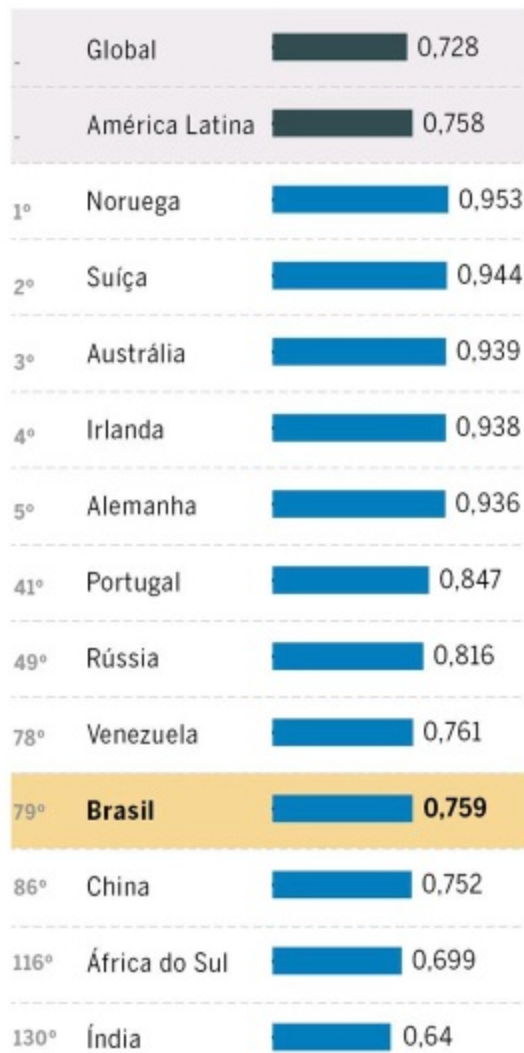
O Ministério da Educação informou que não lhe cabe emitir posição sobre IDH, pois o índice envolve diversos fatores alheios a sua competência. Já o Ministério da Saúde informou, por meio de sua assessoria, que há desafios a serem enfrentados em relação aos indicadores de desenvolvimento humano no país. “No entanto, é importante destacar que ações desenvolvidas resultaram em melhores indicadores, como o aumento da expectativa de vida no Brasil nos últimos anos”.

Os dados do Pnud mostram que o Brasil ocupava a 86ª colocação no ranking do IDH em 2012 e subiu posições até 2015, quando estagnou na 79ª. No entanto, considerando a evolução do país desde que o IDH começou a ser calculado, em 1990, o país teve melhoria em todos os indicadores. Os números brasileiros são melhores que a média do planeta. Em todo o mundo, desde 1990, o IDH aumentou 21,7%. O índice médio fechou 2017 em 0,728.

(*) Estagiária, sob a supervisão de Lucila de Beaupaire

RANKING MUNDIAL DO IDH

O índice é a combinação de três outros indicadores: **saúde, educação e renda**.
O resultado do cálculo é um número que vai de 0 a 1. Quanto maior, melhor.
São avaliados 189 países



Fonte: Pnud

Editoria de Arte



Escolaridade. Tiago Macedo, de 24 anos, ficou desempregado há seis meses e só foi chamado para duas seleções, mas não passou: "Na hora da entrevista, o fato de não ter faculdade faz diferença"

Venezuela cai 16 posições, mas supera Brasil com escolaridade maior

Mesmo com o Brasil empobrecido e saindo com dificuldade de uma longa recessão, soa estranho que o país esteja abaixo da Venezuela no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado ontem pela ONU. Isso acontece porque o IDH não acompanha em tempo real situações de

rápida deterioração como a que acontece no país vizinho.

A Venezuela sempre apareceu à frente do Brasil, porque tem uma escolaridade maior, e o petróleo lhe garante uma renda alta, mas vem caindo no ranking: nos últimos cinco anos, o país recuou 16 posições, por conta da grave crise econô-

mica que provoca forte onda de emigração. No mesmo período, o Brasil subiu sete posições.

Segundo a coordenadora da unidade de Desenvolvimento Humano do Pnud, Samantha Dotto Salve, a Venezuela ainda aparece à frente do Brasil no ranking porque, apesar da deteriora-

ção, os indicadores venezuelanos se mantêm num padrão alto.

—Hoje, a Venezuela só leva vantagem em relação ao Brasil nos anos médios de estudo. Essa brecha entre os dois países está diminuindo e, se os padrões continuarem os mesmos, a tendência é que o Brasil ultrapasse a

Venezuela nos próximos anos — explica.

Bem diferente do desempenho venezuelano foi o da Irlanda. O país europeu foi o que mais subiu no ranking do IDH. A Irlanda, que sofreu um duro golpe da crise financeira global de 2008, recuperou-se e, desde 2012, viu sua posição na lista de qualidade

de vida global subir 13 postos.

Hoje, a Irlanda é o quarto país com maior IDH do planeta e ostenta uma expectativa de vida de 81,6 anos, uma renda *per capita* de US\$ 53 mil, uma escolaridade média de 12,5 anos e uma projeção de anos de estudo para as crianças de 19,6 anos. *(Daiane Costa)*

NÍGER, O PIOR IDH, TEM MAIS MULHERES NO PARLAMENTO QUE O BRASIL, NA PÁGINA 22

Níger, dono do pior IDH, tem mais mulheres no Parlamento que o Brasil

Segundo o Pnud, baixa representatividade política feminina contribui para a elevada desigualdade de gênero no país. Brasileiras estudam mais, porém ganham menos que homens

MARTHA BECK, MANOEL VENTURA, DAIANE COSTA E BÁRBARA NÓBREGA*
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA/ERIO

País com o menor IDH do mundo, o Níger tem, proporcionalmente, mais mulheres no parlamento do que o Brasil. Elas ocupam 17% das cadeiras lá, contra 11,3% aqui. A baixa participação política é um dos fatores que contribuem para o país ter elevada desigualdade de gênero, segundo estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Ele ainda mostra que as brasileiras têm mais anos de escolaridade do que os homens, mas menos desenvolvimento humano, porque recebem muito menos por sua força de trabalho. A renda das mulheres no país é 42,7% menor do que a dos homens. Pelo conceito de renda nacional bruta *per capita*, eles ganham US\$ 17.566 por ano, enquanto elas ficam com US\$ 10.073.

Regina Madalozzo, coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero do Insper, avalia que, por trás dessa desigualdade, está a sobrecarga de tarefas domésticas das mulheres, que, historicamente, trabalham mais horas em casa do que os homens e, logo, têm mais dificuldades de investir na carreira:



Salário menor. Adriana Setúbal optou por produzir doces para se manter e poder cuidar do filho



"A mulher sempre tem de fazer mais esforço para atingir um mesmo patamar que os homens"

Regina Madalozzo, Coordenadora de núcleo de estudos do Insper

—É muito comum, quando uma mulher ganha salário igual ao do homem em uma mesma função, ela ter uma formação muito superior. A mulher sempre tem de fazer mais esforço para atingir um mesmo patamar que os homens. Temos de exigir igualdade em todos os campos, inclusive em casa. Esse sistema que dá ao pai licença paternidade somente de até 20 dias e de até seis meses para a mãe deveria mudar, para o homem ter mais responsabilidades nas tarefas de cuidado.

Regina acredita também que, para mudar esse tipo de legislação, as mulheres precisam eleger mais mulheres para o parlamento.

SEM OPÇÃO DE CRECHE

A participação feminina no parlamento brasileiro é a menor da América do Sul e a terceira pior da América Latina, perdendo apenas para Belize (11,1%) e Ilhas Marshall (9,1%). Na Noruega, maior IDH do mundo, as mulheres detêm 41,1% dos assentos. No Iêmen, apenas 0,5%.

Um dos momentos no qual a desigualdade de gênero mais pesa na vida da mulher é na gravidez. Adriana Setúbal atuava na área administrativo-financeira e descobriu que estava grávida sete dias depois do fim do aviso prévio.

— Minhas maiores dificuldades no mercado de trabalho aconteceram depois de ficar grávida. Procurei emprego após ter tido filho, mas não consegui me recolocar porque as vagas ofereciam metade do salário que eu tinha antes, e isso não daria nem para pagar uma creche. Além disso, as creches públicas atendem em um horário menor que o comercial, e eu trabalhava até as 19h. Acabei optando por empreender na produção de doces — conta Adriana, que hoje administra o Dri Delícias enquanto cuida do seu filho.

Segundo o Pnud, o Brasil é um dos países com alta desigualdade de gênero. É o 94º num ranking que inclui 160 nações. O país onde a situação entre homens e mulheres é mais equilibrada é a Suíça. O mais desigual é o Iêmen.

Mais mulheres (61%) concluem o ensino fundamental do que homens (57,7%) no Brasil.

(*) Estagiária, sob a supervisão de Daiane Costa